

CONFLITOS AGRÁRIOS NO NORTE GAÚCHO - 1980-2008¹

Nildo Avelino*

No seu libelo contra a propriedade escrito em 1840, Proudhon dizia que um homem privado de ar durante alguns minutos cessaria de existir, e mesmo que tal privação fosse parcial não deixaria de provocar nele grandes sofrimentos; na mesma direção, diz que a privação total ou parcial de água e alimentos provoca também os mesmos efeitos, ainda que de maneira mais lenta. Então, pergunta por que não seria possível aplicar o mesmo raciocínio ao homem privado de cultivar a terra, de colher seus frutos, de nela circular livremente, de estabelecer sua família? (PROUDHON, 1997) Na passagem tornada célebre de seu *Discurso sobre a desigualdade*, Rousseau atribuiu o nascimento da desigualdade entre os homens ao gesto daquele que, após cercar um terreno, exclamou: *isto é meu* - sendo acreditado pela gente simples. “Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não pouparia ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: ‘Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!’” (ROUSSEAU, 1973, p. 265). Assim como o ar, a água e os alimentos, a terra é um bem de primeira necessidade. Entretanto, não tendo sido possível aos mais espertos apoderarem-se em grandes quantidades dos ventos e dos mares, a terra foi e continua sendo fonte de enormes sofrimentos.

O livro organizado por Tedesco e Carini descreve alguns desses episódios. Trata-se do segundo volume publicado sobre o tema agrário no norte gaúcho cuja ênfase recai sobre a expropriação da terra de camponeses, pequenos agricultores, grupos indígenas e de populações atingidas pelos projetos de barragens. Resultado de um projeto de pesquisa junto à Universidade de Passo Fundo, esse volume reúne pesquisas de campo, análises e entrevistas que retratam os conflitos, a memória

¹ TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. Porto Alegre: Edições Est, 2008. 279p.

* Pós-Doutorando em História Política pelo IFCH/Unicamp e associado ao Centro de Cultura Social de São Paulo.

E-mail: nildoavelino@gmail.com

coletiva e a experiência política de homens e mulheres expulsos ou privados de suas terras e submetidos a uma vida de privações.

Mostra a relevância política que o Acampamento Natalino, organizado no começo dos anos 1980 no município de Ronda Alta (RS), teve na luta pela reforma agrária e na constituição do Movimento dos Sem-Terra (MST): um punhado de pessoas sem alternativa, a não ser uma vida de privações, instala-se em barracos à beira da estrada, e desse gesto nasceu uma experiência decisiva nas lutas em torno das questões fundiárias (p. 21). O Acampamento Natalino agrupou paulatinamente meeiros, arrendatários, migrantes, agricultores expulsos de suas terras, assalariados sem trabalho, que passam a constituírem relações de poder diferenciadas nas quais “as decisões eram tomadas coletivamente e assumidas pelos próprios acampados nas negociações com o governo estadual” (p. 25).

Outra experiência retratada é o Acampamento da Fazenda Annoni, iniciado em outubro de 1987, entre os municípios de Pontão e Sarandi. A descrição de Bonavigo e Bavaresco mostra como as práticas dos sem-terra constituem processos de singularização frente às práticas de expropriação e de exclusão da sociedade capitalista, por meio da “produção de subjetividades a partir das diversas discussões, denominadas de formação, que perpassam o cotidiano do acampamento.” (p. 40)

Analisando as relações entre colonos e a Igreja, Benincá observou que um levantamento realizado em 1987 junto à Diocese de Passo Fundo revelou que a quase totalidade dos religiosos e religiosas das congregações eram filhos de colonos (p. 53); fato que ajuda a explicar a forte presença da Igreja nas lutas sociais do campo. Do mesmo modo, Souza afirma a necessidade de se compreender a ocupação territorial massiva e violenta da Amazônia a partir do golpe de Estado de 1964, responsável por provocar intenso fluxo migratório sulista em direção ao Norte do Mato Grosso. Sob o nome de “Operação Amazônia” o governo militar promoveu “uma série de investimentos e ações políticas e econômicas destinadas a colonizar o Centro-Oeste e a Amazônia Brasileira, fundamentados no discurso da Doutrina de Segurança Nacional, da Escola Superior de Guerra, tendo como principal ‘Intelectual Orgânico’, o General Golberi do Couto e Silva.” (p. 66) Os militares temiam perder territórios do Norte e Centro-Oeste, em razão da sua não ocupação, sobretudo num contexto em que a esquerda empenhava-se nos movimentos de guerrilha. Tem início uma estratégia política cuja representação fazia da Amazônia o *Novo Eldorado* com o objetivo que, segundo Souza retomando uma tese de Octávio Ianni, pretendia despotencializar as tensões e os conflitos pela terra no Sul e Nordeste do Brasil.

Entretanto, como mostra Pasquetti, a ressignificação da luta pela terra realizada

pelo MST tendia para a radicalização crescente da ocupação como resposta a uma desigualdade que atingia os limites do intolerável: no intervalo que segue de 1970 a 1980, afirma Pasquetti (p. 83), milhares de agricultores são expulsos do campo com a expansão do cultivo da soja, num cenário em que 1% dos proprietários de terra detém 45% das propriedades rurais do país. Para fazer frente a tal realidade, o MST radicaliza cada vez mais a forma e a organização dos protestos: “o fato de marcharem de forma organizada por brigadas; de dar nome a cada brigada homenageando um lutador, uma lutadora ou uma luta histórica de outros trabalhadores. Estes elementos simbólicos aliados à disciplina e organização interna presentes no agir coletivo do Movimento se transformam em ferramentas eficazes na criação de sentidos.” (p. 89)

A partir dessa produção de sentido, Tedesco analisa a (re)construção da memória e do imaginário coletivo dos colonos assentados. Retoma a análise de Thompson acerca da experiência e da memória, para perceber que, muito embora o homem não seja simplesmente a soma de suas recordações, aquilo que ele é determina sobremaneira o conjunto delas (p. 114). A partir disso, Tedesco descreve as possibilidades de uma memória social e coletiva dos assentados como elemento agregador e de fortalecimento do coletivo: lembranças partilhadas que legitimam o passado e suas ações, fundamentam na experiência vivida e em emoções profundamente sentidas ideológica e culturalmente mediadas.” (p. 125)

Essa mesma dinâmica de lutas, sofrimentos e esperanças se repete na trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), como mostra Seminotti. “Em praticamente todas as regiões do País, onde havia projetos de construção de barragens, os atingidos começaram a se organizar. Em 1989, acontece o I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens e, em março de 1991, durante o I Congresso Nacional de Atingidos por Barragens, nasce o MAB” (p. 138). Sustentando o *slogan* “águas para a vida, não para a morte”, o MAB dá início a uma oposição de grandes proporções ao modelo energético brasileiro e internacional.

Soma-se a esse horizonte de lutas sociais em torno da questão rural, a invasão das reservas indígenas. Carini descreve o processo de expropriação total da Reserva Indígena Serrinha com objetivo de amenizar os conflitos camponeses por terra; expropriação que garantiu uma vida precária a centenas de pequenos camponeses obrigados a viver em pequenas extensões muito acidentadas e impróprias ao cultivo intenso. Todavia, despertou a oposição política dos índios caingangues e de outras comunidades indígenas do Sul do Brasil.

Esta epopeia de lutas pela terra que se desenha nas páginas desse livro confirma uma triste e velha verdade segundo a qual a terra não somente marca o início da exploração do homem e constitui seu mais sólido fundamento, mas ela também é

“ainda a fortaleza do capitalismo moderno, como ela foi a cidadela da feudalidade e do antigo patriarcado. É a terra, enfim, que confere à autoridade, ao princípio governamental, uma força sempre renovada” (PROUDHON, 1979, p. 162). Mas, felizmente, a luta pela terra implica igualmente *práticas de resistência* portadoras de positividade, ou melhor, de produtividade de formas de existências individuais e de organização coletiva.

Referências

PROUDHON, Pierre-Joseph. *Idée générale de la révolution au XIX^{ème} siècle*. Antony: Fédération Anarchiste, 1979.

_____. *O que é a propriedade?* 3. ed. Tradução de Marília Caeiro. Lisboa: Estampa, 1997.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre as ciências e as artes, discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Tradução de Lourdes S. Machado. São Paulo: Victor Civita, 1973. vol. XXIV., a parte Coleção Os Pensadores, v. XXIV.